

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 120.541 - PA (2019/0343045-4)

RELATOR : **MINISTRO JORGE MUSSI**
RECORRENTE : JANIO CLEBSON LEITE VALENTE (PRESO)
ADVOGADO : VENINO TOURÃO PANTOJA JÚNIOR - PA011505
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus* interposto por JANIO CLEBSON LEITE VALENTE contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará, o qual denegou a ordem visada no *writ* n. 0808471-44.2019.8.14.0000.

Noticiam os autos que o recorrente foi denunciado em 27/9/2016, juntamente com corréu, por ter, supostamente, cometido o delito previsto no art. 121, § 2º, IV e VII, c/c o art. 14, II, do Código Penal.

Frustrada a tentativa de citação pessoal, foi determinada, em 13/5/2019, a citação por edital e a suspensão do processo e da prescrição, tendo sido, também, decretada a prisão preventiva do ora recorrente para assegurar a aplicação da lei penal.

O mandado de prisão foi cumprido em 9/9/2019.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal local, que denegou a ordem (e-STJ fls. 63-68).

No recurso em *habeas corpus* manejado nesta Corte, a defesa alega a ocorrência de excesso de prazo na formação da culpa.

Requer o provimento do recurso para que seja revogada a prisão preventiva do recorrente (e-STJ fls. 82-87).

Apresentadas as contrarrazões (e-STJ fls. 91-97), os autos ascenderam ao Superior Tribunal de Justiça.

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo não conhecimento e, no mérito, pelo desprovimento do recurso (e-STJ fls. 104-108).

É o relatório.

Quanto aos fatos, narra o Juízo de primeiro grau (e-STJ fls. 47-50 - destaques acrescidos):

[...] De acordo com a peça acusatória no dia 28.03.2016, por volta das 14:30 horas, os acusados, na companhia de terceira pessoa não identificada, dispararam tiros em direção a vítima, atingindo-o na região da cabeça e tórax. Narra a denúncia que a vítima trafegava pela rodovia PA-151, quando avistou o denunciado Leandro Jesus no acostamento, que sinalizava com mão buscando ajuda. Assim a vítima parou a sua motocicleta, momento em que foi surpreendido por dois indivíduos, sendo um deles o Paciente que portava uma arma de fogo e inicialmente anunciou que se tratava de um assalto. Em seguida, Jânio Clebson retirou o capacete da vítima, ocasião em que o

reconheceu como sendo guarda municipal, e, por isso, apontou a arma em direção de sua cabeça e efetuou um disparo, atingindo-o.

A vítima, mesmo baleada, levantou-se, subiu em sua motocicleta, buscando fugir das agressões. Nesse instante o Paciente efetuou mais um disparo de arma de fogo, atingindo novamente a vítima em suas costas. [...]

Conforme exposto nos autos, frustrada a citação pessoal do Paciente, foi determinada a sua citação por edital, o que ocorreu regularmente. No entanto, apesar de citado, o Paciente não compareceu e nem constituiu advogado, sendo determinada a suspensão do processo e do prazo prescricional, bem como decretada a sua prisão preventiva para assegurar a aplicação da lei penal. [...]

O paciente foi preso em 09.09.2019, em decorrência de cumprimento de mandado de prisão preventiva deferida por este juízo, para assegurar a aplicação da lei penal, haja vista que se encontrava em lugar incerto e não sabido, furtando-se ao processamento da ação penal.

O Tribunal *a quo*, no acórdão que denegou o *habeas corpus*, assim se manifestou (e-STJ fls. 67-68):

[...] Ab initio, é cediço que para a caracterização do excesso de prazo, não basta apenas a contagem de prazos de modo isolado, devendo, pois, restar evidente a desídia ou delonga provocada pelo aparato Estatal, dificultando a tramitação processual ou morosidade no fluxo processual, o que já antecipo, não ser o caso do presente feito.

Não há o que se falar em excesso de prazo, quando pelas informações do Juízo a quo (Id n. 2309641), restou consignado que a prisão do paciente se deu em 09.09.2019, ou seja, há menos de 02 (dois) meses.

Ademais, em que pese o Juízo tenha designado a audiência de instrução e julgamento tão somente para 05/02/2020, ou seja, 05 (cinco) meses após a prisão do paciente, cumpre salientar que no presente caso o delito objeto do processo de origem ocorrera em 28.03.2016, tendo a denúncia sido oferecida em 27.09.2016, e sendo recebida pelo Juízo a quo em 06.10.2016, tendo na mesma oportunidade o Juízo de origem determinado a citação do paciente.

Ocorre que, a carta precatória fora devolvida com a informação de que não foi o possível a citação do

paciente, pois se encontrava em local incerto e não sabido, pelo que, fora determinada a sua citação por edital, e ao se esgotar o prazo da citação, o Juízo suspendeu o processo e o prazo prescricional, bem como, decretou a prisão preventiva do paciente para assegurar a aplicação da lei penal.

Ainda conforme as informações prestadas pelo Juízo a quo, reitera-se que a prisão do paciente fora concretizada tão somente em 09/09/2019, anteriormente a isso o paciente encontrava-se em lugar incerto e não sabido.

Diante desse aparato cronológico, não se vislumbra qualquer inércia do Estado -Juiz na vertente, muito menos se afere qualquer excesso de prazo na formação da culpa do paciente, posto que sua prisão se configurou a menos de 02 (dois) meses, e o curso processual segue dentro de um prazo razoável, levando em conta o elevado acervo processual que permeia o judiciário. [...]

Destarte, não há o que se falar em constrangimento ilegal na custódia do paciente, uma vez que a instrução ainda se encontra em tempo razoável.

É imperioso destacar que, como tem orientado a doutrina e decidido esta Corte Superior, os prazos indicados na legislação pátria para finalização dos atos processuais servem apenas como parâmetro geral, não se podendo deduzir eventual excesso apenas pela sua soma aritmética, admitindo-se, em homenagem ao princípio da razoabilidade, certa variação, de acordo com as peculiaridades de cada processo, devendo-se reconhecer o constrangimento ilegal somente quando o retardo ou a delonga são injustificados e possam ser atribuídos ao Judiciário.

A propósito (destaques acrescidos):

PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. TENTATIVA. PRISÃO PREVENTIVA. ALEGADA AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA DO DECRETO PRISIONAL. SEGREGAÇÃO CAUTELAR DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. MODUS OPERANDI. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO PARA A FORMAÇÃO DA CULPA. INOCORRÊNCIA. RAZOABILIDADE. COMPLEXIDADE DA CAUSA. CARTAS PRECATÓRIAS. RECURSO ORDINÁRIO DESPROVIDO. [...]

IV - O prazo para a conclusão da instrução criminal não tem as características de fatalidade e de improrrogabilidade, fazendo-se imprescindível raciocinar com o juízo de razoabilidade para definir o excesso de prazo, não se ponderando a mera soma aritmética dos prazos para os atos processuais. Precedentes.

V - Na hipótese, malgrado o atraso na instrução criminal, ele se

justifica, notadamente em razão da complexidade do feito, evidenciada pela necessidade seja pela de expedição de cartas precatórias, conforme consignado pelo d. juízo de origem.

VI - Ademais, mesmo que assim não fosse, a alegação de excesso de prazo para a formação da culpa encontra-se, por ora, superada, tendo em vista que o processo está concluso para sentença, o que faz incidir, no caso, o enunciado sumular n. 52 desta Corte Superior, segundo o qual "encerrada a instrução criminal, fica superada a alegação de constrangimento ilegal por excesso de prazo". Precedentes.

Recurso ordinário desprovido.

(RHC 119.295/SP, Rel. Ministro LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE), QUINTA TURMA, julgado em 12/11/2019, DJe 26/11/2019)

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EM HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. REVOGAÇÃO DA PRISÃO DOMICILIAR. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. DESCUMPRIMENTO DE MEDIDA DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO. INEXISTÊNCIA DE SALA DE ESTADO-MAIOR. MERA REITERAÇÃO DE WRIT ANTERIOR. EXCESSO DE PRAZO. MARCHA REGULAR. ILEGALIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO. [...]

4. Sabe-se que o prazo para a conclusão de julgamento de recurso não tem as características de fatalidade e de improrrogabilidade, sendo imprescindível raciocinar com o juízo de razoabilidade para definir o excesso de prazo, não se ponderando a mera soma aritmética dos prazos para os atos processuais.

5. Nesse contexto, verifica-se que o recurso esteve em constante movimentação, seguindo a sua marcha regular, não se verificando desídia por parte do Estado, e apesar de o acusado estar preso desde 27/11/2017 (fl. 238), a custódia cautelar, no momento, não se revela desproporcional em relação à sua condenação, qual seja 16 anos e 6 meses de reclusão.

6. Agravo regimental improvido.

(AgRg no RHC 113.688/CE, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 05/11/2019, DJe 11/11/2019)

Ademais, extrai-se dos autos que "a carta precatória fora devolvida com a informação de que não foi o possível a citação do paciente, pois se encontrava em local incerto e não sabido, pelo que, fora determinada a sua citação por edital, e ao se esgotar o prazo da citação, o Juízo suspendeu o processo e o prazo prescricional, bem como, decretou a prisão preventiva do paciente para assegurar a aplicação da lei penal" (e-STJ fl. 67), a delinear a responsabilidade do ora recorrente na dilação da instrução criminal.

*Diante do exposto, **nega-se provimento** ao recurso ordinário em *habeas corpus*.*

Publique-se e intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator